



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1008273-10.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Valcira Aparecida Teixeira Leal**
 Impetrado: **Ato Sr Delegado Regional Tributario da Secretaria da Faz Araraq**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

VALCIRA APARECIDA TEIXEIRA LEAL, qualificada nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato do **DELEGADO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA REGIONAL DE ARARAQUARA – DRT/15**, em que alegou que possui limitação de movimento de joelho esquerdo e artrose acentuada, estando apta a obter isenção total de IPVA. Ocorre que após efetuar pedido administrativo de isenção este foi indeferido sob alegação de que a impetrante é portadora de deficiência física plenamente capaz civilmente, sem necessidade de adaptação em seu veículo para que possa conduzi-lo. Assim, pleiteou a concessão de liminar a fim de que fosse assegurado seu direito de não recolher IPVA e ao final a concessão da segurança em definitivo com confirmação da liminar. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi deferida. Ato continuo requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, prestou suas informações, com a Fazenda do Estado de São Paulo intervindo como assistente

1008273-10.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A ordem deve ser concedida.

A impetrante possui direito à isenção de pagamento do IPVA, em razão de seus problemas de saúde. Não houve qualquer controvérsia sobre sua deficiência, restando tal condição comprovada nos autos, conforme documento de fls. 34/36.

A Constituição da República preconiza a inclusão da pessoa com deficiência e deve ser respeitada pelas normas infraconstitucionais, cabendo ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Observa-se ainda, que a legislação relativa ao IPVA é clara ao estabelecer, no artigo 13 da Lei 13.296/2008, que é isento do pagamento a propriedade do veículo único adequado para ser conduzido por pessoa com deficiência física, como no caso dos autos.

Assim, negar à pessoa portadora de deficiência, tal como a impetrante, política fiscal que consubstancia verdadeira ação positiva, significa legitimar violenta afronta aos princípios da isonomia e da defesa da dignidade da pessoa humana, pelo o presentes os requisitos legais, conclui-se que deve ser concedida a segurança à impetrante.

Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - Mandado de segurança - IPVA - Pretensão de isenção para portadora de deficiência - Presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida liminar - É



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

viável a concessão de medida liminar em mandado de segurança, para isenção de IPVA para portadora de deficiência, se presentes os requisitos legais, especialmente diante de orientação jurisprudencial dominante -
RECURSO PROVIDO" (TJSP; Agravo de Instrumento 2048586-10.2018.8.26.0000; Relator (a): José Luiz Gavião de Almeida; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 14/08/2018; Data de Registro: 17/08/2018).

Por todo o exposto, **CONCEDO A ORDEM** e torno definitiva a liminar concedida nos autos, declarando o direito da impetrante à isenção do IPVA referente ao veículo mencionado na inicial.

Custas pelo órgão público, que está isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

Oficie-se à autoridade coatora, cientificando-a do teor desta decisão.

Sentença sujeita a reexame necessário (art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009).

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**